

CONSELHO DE MINISTRO

Decreto-Lei n.º 10/2004

de 1 de Março

Os estatutos do Instituto das Comunicações e das Tecnologias de Informação, aprovados pelo Decreto-Regulamentar n.º 1/2004, de 9 de Fevereiro de 2004, conferem ao mesmo determinadas condições que lhes permitam desempenhar com eficácia e eficiência e efectividade o vasto acervo de funções que lhe foram atribuídas.

Indo ao encontro da aludida preocupação, com o presente diploma, equipara-se o Instituto das Comunicações e das Tecnologias de Informação ao Estado para a prática de certos e determinados actos, e,

Ainda, com vista a obviar a acção de fiscalização do Instituto das Comunicações e das Tecnologias de Informação, equipara-se o pessoal do mesmo que desempenhe funções de fiscalização, quando se encontrem no exercício efectivo das suas funções, de algumas prerrogativas e dota-se o mesmo de um cartão de identificação, cujo modelo e condições de emissão serão objecto de portaria do membro do Governo responsável pelas comunicações.

Nestes termos,

No uso da faculdade conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 203º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1º

Equiparação ao Estado

Para o exercício das suas funções, o ICTI detém poderes, prerrogativas e obrigações conferidos ao Estado pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, designadamente quanto:

- a) À liquidação e cobrança, voluntária e coerciva, de taxas e rendimentos provenientes da sua actividade;
- b) À execução coerciva das demais decisões de autoridade;
- c) À utilidade pública dos serviços de comunicações, sua fiscalização, definição de infracções respectivas e aplicação das competentes penalidades;
- d) À regulamentação e fiscalização dos serviços prestados no âmbito da sua actividade e à aplicação das correspondentes sanções;

- e) À fiscalização radioelétrica e às intimações, aplicação de sanções e demais actos daqueles resultantes.

Artigo 2º

Poderes de autoridade

1. O pessoal do ICTI, quando em exercício de funções de fiscalização, são equiparados aos agentes de autoridade e têm as seguintes prerrogativas:

- a) Aceder e inspeccionar, a qualquer hora e sem necessidade de aviso prévio, as instalações, equipamentos e serviços das empresas de comunicações;
- b) Notificar todos os indivíduos que se encontrem em violação flagrante das normas cuja observância devem fazer respeitar, no caso de não ser possível o recurso a autoridade policial em tempo útil;
- c) Requisitar para análise equipamentos e documentos;
- d) Solicitar a colaboração das autoridades administrativas e policiais, quando o julguem necessário ao desempenho das suas funções;
- e) Determinar, a título preventivo, e com efeitos imediatos mediante ordem escrita e fundamentada, a suspensão ou cessação de actividades e encerramento de instalações, quando da não aplicação dessas medidas possa resultar risco iminente para a segurança das comunicações;
- f) Usar armas para defesa própria, dos objectos de serviço e das instalações e valores à sua guarda, quando devidamente autorizados.

2. O disposto nas alíneas a), c) e d) do n.º 1 é igualmente aplicável às entidades e agentes credenciadas pelo ICTI para exercício de funções de fiscalização, nos termos do n.º 2 do artigo 10º dos Estatutos do ICTI.

3. Da suspensão, cessação ou encerramento a que se refere a alínea e) do n.º 1 será lavrado auto de notícia, o qual será objecto de confirmação pelo Conselho de Administração, no prazo máximo de 10 dias, sob pena de caducidade da medida preventiva determinada.

Artigo 3º

Cartões de identificação

Os trabalhadores do ICTI que desempenhem funções de fiscalização serão atribuídos cartões de

identificação, cujo modelo e condições de emissão serão objecto de portaria do membro do Governo responsável pelas comunicações e deverão exhibi-los quando no exercício das suas funções.

Artigo 4º

Isenções

1. O ICTI goza, em todos os actos e processos, das isenções de taxas cometidas por lei ao Estado, pelo que está isento de todas as taxas, custas e emolumentos nos processos de qualquer natureza, actos notariais e outros que intervenha.

2. A isenção de emolumentos concedida nos termos do número anterior abrange igualmente os emolumentos pessoais e as importâncias correspondentes à participação emolumentar devida aos notários, conservadores e oficiais de registo e do notariado pela intervenção nos referidos actos.

Artigo 5º

Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros.

José Maria Pereira Neves – Manuel Inocêncio Sousa – José Maria Pereira Neves

Promulgado em 17 de Fevereiro de 2004.

Publique-se.

O Presidente da República, PEDRO VERONA
RODRIGUES PIRES

Referendado em 18 de Fevereiro de 2004.

O Primeiro Ministro, *José Maria Pereira Neves*